



## Durante homenagem a Jango, um pedido de revisão da Anistia

Randolfe Rodrigues, autor do pedido de sessão especial para recordar os 50 anos do Comício das Reformas, do ex-presidente João Goulart, defende que a Lei da Anistia não foi fruto de acordo entre os grupos sociais, mas de exigência da ditadura para permitir a abertura política

Com as presenças do filho do ex-presidente da República e também presidente do Instituto João Goulart, João Vicente Goulart, e do conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil Aldemario Araujo Castro, o Senado homenageou na sexta-feira o famoso discurso de Jango, feito em 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro, pouco antes da deposição do presidente pelo golpe militar. Durante a sessão, Randolfe defendeu o PLS 237/2013, que pretende adequar a legislação aos princípios da Constituição de 1988 e aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. **3**



Waldemir Boreatto/Agência Senado

Cristovam e Randolfe, ao lado de Aldemario e da pastora Romi Bencke, do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, acompanham o discurso de João Vicente Goulart

### ACONTECEU NO SENADO

#### Polêmica da CPI da Petrobras dominou discussões no Senado

Oposição protocolou pedido de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar denúncias de irregularidades administrativas na Petrobras, incluindo a compra de refinaria em Pasadena (EUA).

Governistas reagiram e propuseram ampliar as investigações, incluindo o metrô de São Paulo e o porto

de Suape, em Pernambuco. Presidente do Senado, Renan Calheiros, tomou decisão favorável à CPI ampliada e solicitou análise da Comissão de Constituição e Justiça, que deve responder até amanhã, segundo o presidente do colegiado, Vital do Rêgo. Oposição disse que vai recorrer à Justiça por uma CPI exclusiva. **4**

**Conselho vota hoje relatório sobre leilão da telefonia 4G **2****

**MP sobre tributos pode trancar pauta do Senado esta semana **4****

#### Audiência pública discute alfabetização

O analfabetismo será tema de audiência pública hoje na Comissão de Direitos Humanos. Cristovam Buarque, autor

do pedido para a audiência, considera o problema uma imoralidade e diz que o adulto analfabeto é vítima de um sistema que

precisa ser alterado.

A audiência será interativa, e o cidadão poderá enviar perguntas pelos canais do Alô Senado. **2**



Ministério da Educação (MEC)

O tema do analfabetismo será debatido com especialistas da educação e sob o ponto de vista dos direitos humanos



EXPOSIÇÃO

**ONDE A ESPERANÇA SE REFUGIOU**

50 ANOS DO GOLPE MILITAR

21 DE MARÇO A 13 DE ABRIL  
SALÃO NEGRO | CONGRESSO NACIONAL  
DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO DAS 9H ÀS 17H



Ilustração | Conselho e Manifesting

Ministério da Educação (MEC)



Curso de alfabetização: adulto analfabeto é vítima de sistema que precisa ser alterado, diz Cristovam, que propôs debate

# Comissão discute hoje o problema do analfabetismo

A pedido de Cristovam Buarque, a CDH convidou especialistas e um representante da Secretaria de Direitos Humanos para tratar do problema, que o parlamentar considera uma imoralidade

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai se reunir hoje para audiência pública sobre o analfabetismo. O pedido partiu de Cristovam Buarque (PDT-DF), que considera o problema uma imoralidade.

Para o senador, o adulto analfabeto é vítima de um sistema que precisa ser alterado. “O jovem que termina o ensino fundamental pode seguir até a universidade, o analfabeto esbarra na primeira parte e fica excluído. Incapaz de saber o

destino do ônibus que toma, o remédio que ingere, a comida que escolhe. O desempregado alfabetizado pode ler os anúncios em jornal e buscar um emprego, os analfabetos nem isso conseguem”, disse o parlamentar.

Foram convidados José Geraldo de Sousa Junior, membro do Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos da Universidade de Brasília; Aida Maria Monteiro Silva, pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco; e um

representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A audiência pública será realizada na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, a partir das 9h.

**ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h**

- ▶ **Alô Senado:** [www.senado.leg.br/alosenado](http://www.senado.leg.br/alosenado)
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CDHanalfabetismoAS>
- ▶ **Facebook:** [alosenado](https://www.facebook.com/alosenado)
- ▶ **Twitter:** [@AloSenado](https://twitter.com/AloSenado)
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

## Conselho vota telefonia 4G e A Voz do Brasil

O Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso reúne-se hoje à tarde para votar relatórios sobre o leilão de telefonia 4G e o destino do programa *A Voz do Brasil*.

Três conselheiros estudaram os benefícios de leiloar a faixa de 700 MHz (usada por canais de TV em UHF) para a telefonia 4G ainda neste mês, como quer a Anatel.

O assunto é polêmico porque alguns conselheiros consideram a decisão da agência apressada. Além disso, a Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais pressiona para que parte da faixa 700 MHz seja



Dom Orani Tempesta (D) é presidente e Fernando Cesar Mesquita, vice do CCS

reservada para expansão de TVs públicas.

### A Voz do Brasil

Também deve ser votado o relatório sobre os dois projetos que tramitam no Congresso

sobre o programa de rádio *A Voz do Brasil*. Um deles, o PL 595/2003, flexibiliza o horário de transmissão do programa, e o outro (PLS 19/2011) torna-o bem imaterial, impedindo mudanças no formato e horário.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



- SEGUNDA**
  - PLENÁRIO Sessão de discursos**  
14h A sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores.
  - PRESIDÊNCIA Ministro da Previdência**  
15h Renan Calheiros recebe o ministro interino da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas.
  - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Reunião**  
9h O Conselho de Comunicação Social do Congresso se reúne para votar relatórios sobre o leilão de telefonia 4G e sobre o destino do programa *A Voz do Brasil*.
  - CDH Analfabetismo**  
9h Analfabetismo em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.
- TERÇA**
  - CMA Cancelamento de serviços**  
8h30 Na pauta da Comissão de Meio Ambiente, projeto que inclui no Código de Defesa do Consumidor regras para cancelar serviços. Outro texto cria um programa de conscientização ambiental.
  - CCJ Audiência com Joaquim Barbosa**  
9h Audiência da Comissão de Constituição e Justiça debate o Estatuto dos Servidores do Judiciário. Entre os participantes, o presidente do CNJ, Joaquim Barbosa. Às 14h30, a CCJ examina decisão de Renan Calheiros que permite criação de CPI ampla para investigar a Petrobras e outros negócios com recursos públicos.
  - CCT Computador no Minha Casa**  
9h Projeto determina que cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida receba um computador com conexão banda larga e uma biblioteca com 20 livros.
  - CAE Áreas de livre comércio em MS**  
10h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que cria áreas de livre comércio nos municípios de Corumbá e Ponta Porã, ambos em Mato Grosso do Sul. Outro projeto institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.
  - CE Convênios em grandes eventos**  
11h A Comissão de Educação analisa projeto que trata da celebração de convênios entre a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal, em razão da realização de eventos de grande repercussão.
- QUARTA**
  - CONGRESSO 25 anos do STJ**  
12h Sessão solene para comemorar os 25 anos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Plenário do Senado.
  - CAS Carteira de trabalho**  
9h Pode ser votado na Comissão de Assuntos Sociais projeto que permite emissão de carteira de trabalho por meio eletrônico.
  - CCJ Veto para doações de empresas**  
10h Votação em turno suplementar de substitutivo a projeto proibindo doações de empresas para campanhas eleitorais.
  - CE Ministro da Educação**  
10h Audiência pública com o ministro da Educação, Henrique Paim. Em debate, as diretrizes da pasta e a situação dos estudantes da Universidade Gama Filho e do Centro Universitário da Cidade.
  - CPI DA ESPIONAGEM Relatório final**  
10h30 Reunião de trabalho para apresentação do relatório final da comissão parlamentar de inquérito que investiga denúncias de espionagem no Brasil.
  - CCJ/CAE Critérios de indexação**  
14h30 Reunião das Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos para votar emendas de Plenário a projeto sobre critérios de indexação do refinanciamento da dívida entre a União, estados e municípios.
  - CMMC Eleição da Mesa**  
11h Reunião da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas para instalação do colegiado. Em seguida, eleição do presidente, do vice-presidente e do relator.
  - EDUCACÃO Debate**  
14h A comissão temporária que debate soluções para o financiamento da educação realiza audiência sobre o tema.
- QUINTA**
  - CRE Embaixadores**  
10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se reúne para examinar indicações de embaixadores para Santa Lúcia, Emirados Árabes e Sudão.
  - CAS Obesidade**  
10h30 Audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais debate políticas públicas de combate à obesidade.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner  
**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

#### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Sílvio Burle  
**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex  
**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Durante sessão especial para lembrar os 50 anos do Comício das Reformas, senador defende revisão da lei que, na sua visão, resultou de uma imposição, não de um acordo

# Randolfe Rodrigues defende revisão da Lei da Anistia

RANDOLFE RODRIGUES (PSOL-AP) defendeu na sexta-feira a revisão da Lei da Anistia (Lei 6.683/1979) e disse que a medida é necessária para que a sociedade possa lançar um “olhar definitivo para o próprio futuro”. Projeto dele com esse objetivo será votado na quarta-feira em reunião da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O PLS 237/2013 pretende adequar a legislação aos princípios fundamentais que inspiram a Constituição de 1988 e ao sistema de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

— A revisão da lei é uma necessidade histórica de atualização e da catarse dos últimos 50 anos. A Lei da Anistia não foi resultado de um acordo nacional, de um pacto pela democracia, mas uma imposição do regime autoritário — afirmou.

Randolfe disse ainda que a revisão da lei não representa um “olhar para o passado”.

O senador falou durante a sessão especial do Senado, realizada a pedido dele, para lembrar os 50 anos do Comício das Reformas, na Central do Brasil, que precipitou a queda do presidente João Goulart (1919-1976), deposto por um golpe militar em 1964.

A sessão contou com a presença do filho do ex-presidente e presidente do Instituto João Goulart, João Vicente Goulart, e do conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Aldemario Araujo Castro.

## Jango

Para João Vicente, o Brasil vem atualmente fazendo uma reflexão dos acontecimentos de 1964, que geraram 21 anos de autoritarismo no país.

— A proposta de Jango não era apenas uma proposta de governo, mas de base, que modificaria as estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Jango tinha um projeto de nação necessário ao país já

naquele momento — afirmou.

João Vicente disse ainda que Jango apontou privilégios da elite brasileira, “até hoje arraigada nesses benefícios”, que impedem o Brasil de se desenvolver e de avançar na distribuição de oportunidades.

Segundo Araujo Castro, o discurso de Jango na Central do Brasil tratou da dignidade da pessoa humana.

— Jango mencionou a construção de uma sociedade em que imperasse a justiça social. A sociedade brasileira precisa realizar o discurso de Jango e produzir a paz social como fruto da justiça social — concluiu.

Realizado no centro do Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, o Comício das Reformas reuniu milhares de pessoas para pressionar o Congresso a apoiar as chamadas reformas de base (agrária, bancária, eleitoral, administrativa e universitária), que prometiam modernizar as estruturas do país e combater a pobreza.



Cristovam: hoje há inflação e violência urbana por falta da reforma agrária

## Cristovam diz que reformas de Jango ainda fazem falta ao país

A inflação e a violência urbana são produtos da falta da reforma agrária que João Goulart queria fazer em 1964, assim como o aumento do analfabetismo é produto da falta de uma profunda reforma na educação, que ainda impede o Brasil de obter avanços econômicos e sociais em todos os setores.

A avaliação foi feita na sexta-feira pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), em sessão especial para lembrar os 50 anos do Comício das Reformas, de João Goulart.

No comício, Jango anunciou que faria a desapropriação de terras improdutivas próximas a rodovias, ferrovias e açudes feitos com recursos federais como forma de evitar a especulação fundiária, aumentar a produção de alimentos e facilitar o escoamento, e que as refinarias particulares passariam ao controle da Petrobras. Dias depois, o presidente seria deposto pelos militares, que só deixariam o poder em 1985.

— Jango encarnava a vontade de nascimento de um Brasil novo, e a vontade do Brasil era a de sair de um país feudal para um país industrial; sair de um país

de servidão dos camponeses para um país de respeito aos operários; sair de um país dependente, quase colônia, para um país independente — afirmou Cristovam.

## Atualidade

Cristovam disse que as reformas de Jango foram derrotadas, mas muitas delas continuam até hoje à espera de serem realizadas. Segundo ele, “o Brasil que ansiava nascer foi interrompido” e, no lugar das mudanças, foram feitas reformas de modo conservador. A industrialização, afirmou, beneficiou uma minoria, com a construção de uma demanda de bens para ricos, que teve início com o automóvel, e beneficiou a concentração de renda.

Se a reforma agrária tivesse sido feita, disse Cristovam, os trabalhadores não precisariam ter migrado para as cidades, que não teriam se transformado nas “monstrópolis” atuais:

— Estamos tão carentes de um João Goulart hoje como estávamos carentes dele 50 anos atrás. Sua proposta está tão viva e necessária hoje como estão vivos a ideia de reforma e o nome João Goulart.



Randolfe (E) e João Vicente Goulart em sessão especial que lembrou os 50 anos do comício de Jango na Central do Brasil

## Figueiró saúda consolidação da democracia no Brasil

Em discurso na tribuna na sexta-feira, o senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) ressaltou a importância da consolidação da democracia no Brasil. Para o parlamentar, o momento não é de revanchismos, mas de construção de uma consciência nacional em favor da manutenção das conquistas democráticas.

— Hoje podemos comemorar o fato de o Brasil ser uma democracia consolidada, sem nenhuma possibilidade de ação política que possa destoar das liberdades consagradas de opinião, de manifestação de imprensa e de respeito aos direitos humanos. Não há campo para ideias revanchistas — disse.

Conforme Figueiró, o resgate que o país faz hoje para marcar os 50 anos do golpe ainda acirra discórdias, que, frisou, não podem atravessar o rumo democrático do país.

A manutenção da democracia, observou, não pode ser “sonho de uns poucos”, mas deve ser tarefa de cada um.



Figueiró diz que o momento é de construção, não revanchismo

## Gurgacz pede redução de reserva legal para aumentar produção

A redução do percentual mínimo de vegetação nativa que deve ser mantido como reserva legal nas fazendas localizadas em áreas da Floresta Amazônica é um dos caminhos apontados pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO) para garantir o protagonismo do Brasil na produção de alimentos e ajudar a combater a fome no mundo.

O Código Florestal (Lei 12.651/2012) determina que 80% dos imóveis rurais em área de floresta na Amazônia Legal sejam mantidos como reserva legal. Gurgacz é autor de projeto (PLS 390/2013) que propõe para Rondônia a redução do percentual para 50%.

— Aumentar a produção de alimentos não quer dizer aumentar o desmatamento, mas aproveitarmos melhor as áreas degradadas que temos, produzir com mais qualidade, levando tecnologia ao campo, principalmente aos pequenos agricultores — disse o senador.



Gurgacz propõe percentual de reserva menor para Rondônia

## Anibal quer atenção do governo para Acre superar efeitos da enchente

O senador Anibal Diniz (PT-AC) afirmou em Plenário, na sexta-feira, que o Acre ainda enfrenta grandes dificuldades por causa do transbordamento do Rio Madeira, quadro que exige atenção especial por parte do governo federal, como ressaltou. Entre as medidas urgentes, ele citou esforços para que seja retomado o tráfego na BR-364, no trecho que liga Rio Branco a Porto Velho (capitais do Acre e de Rondônia), principal ligação com outras regiões do país. Com a danificação da estrada, o abastecimento do estado ficou completamente comprometido.

— Sem a compreensão de que se trata de uma situação de absoluta excepcionalidade, os burocratas de Brasília podem querer tratar do assunto dentro da normalidade, com a espera de sempre. É preciso uma ação emergencial para a volta à normalidade do tráfego — alertou.



Anibal pede que burocratas compreendam excepcionalidade

# MP pode deixar pauta da semana trancada

Medida que trata da tributação de lucros das empresas no exterior, já aprovada na Câmara, deve chegar esta semana ao Senado. Prazo de validade da MP 627 é dia 21

A MEDIDA PROVISÓRIA 627/2013, aprovada na Câmara no dia 2, vai chegar ao Senado nos próximos dias e trancar a pauta de votações no Plenário. A MP altera a forma de cobrança de tributos sobre os lucros de empresas brasileiras resultantes de operações de subsidiárias no exterior. A medida perde a validade em 21 de abril, mas devido aos feriados deve ser votada pelos senadores até o dia 16.

Antes da edição da MP 627, as empresas teriam que pagar esses tributos imediatamente. A medida estabeleceu um prazo de cinco anos, com o pagamento de 25% do total da dívida no primeiro ano. No entanto, os deputados mudaram o texto, para que a quitação da dívida com o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ocorra em oito anos, com o pagamento de 12,5% no primeiro ano.

## Destrancamento

Se a medida provisória for votada pelos senado-

## Rodrigo Rollemberg critica decisão de Renan sobre CPI

A posição do presidente do Senado, Renan Calheiros, de que a CPI da Petrobras também pode investigar outros fatos, como contratos dos metrô de São Paulo e do DF e do Porto de Suape (PE), enfraquece o Legislativo. A afirmação foi feita ontem por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

— É um equívoco enorme. Toda vez que a oposição apresentar um número suficiente de assinaturas para investigar determinado fato, a maioria acrescentará diversos outros para que não se investigue nada — ponderou o senador, informando que a oposição recorrerá ao Supremo Tribunal Federal.



Comissão que analisa a MP é presidida por Walter Pinheiro

res, uma série de outras propostas poderão ser analisadas. O primeiro item na pauta de votação é o projeto (PDS 48/2014) que aprova a programação monetária do quarto trimestre do ano passado.

Aguarda também exame dos senadores a proposta de emenda constitucional que estabelece que os acordos, tratados ou atos internacionais serão analisados com mais rapidez, se o presidente da República pedir urgência.

O objetivo da PEC 35/2011 é evitar que o Congresso demore muito para votar esse tipo de acordo e que, em razão da lentidão no acolhimento dos

## Cristovam: povo quer saber verdade sobre a Petrobras

Cristovam Buarque (PDT-DF) comparou, na sexta-feira, a atitude de políticos e do governo em relação aos problemas do país à de um avestruz, que esconde a cabeça em um buraco quando se sente ameaçado.

Para Cristovam, exemplo disso é a decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, de delegar à Comissão de Constituição e Justiça a decisão sobre criação de CPI ampla que possa investigar, além de denúncias sobre a Petrobras, irregularidades nos metrô de São Paulo e DF.

— É verdade que o povo quer saber também o que aconteceu no metrô de São Paulo e nos outros metrô, inclusive no de Brasília. Mas juntar dois problemas em uma só CPI é uma enrolação.

tratados, o Brasil “sofra desgaste no seu relacionamento bilateral e multilateral”, como esclareceu o autor da proposta, senador Luiz Henrique (PMDB-SC).

O texto foi aprovado em primeiro turno dia 26 e deve passar por um segundo turno de votação.

Outra proposta de emenda constitucional na pauta do Plenário é a que estabelece que os condenados por órgãos colegiados ou tribunais podem ser presos, mesmo que ainda exista a possibilidade de apresentação de recursos. Os senadores iniciaram na última quinta-feira a discussão da PEC 15/2011, apresentada pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Os senadores podem votar também o projeto (PLC 62/2009) que assegura o direito da estabilidade provisória no emprego ao detentor da guarda da criança, em caso de morte da mãe. Esse direito é previsto na Constituição federal originalmente para a gestante.

## Mozarildo volta a acusar governador de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a criticar, na sexta-feira, o governador de Roraima, Anchieta Júnior, que está deixando o cargo para se candidatar ao Senado.

De acordo com o parlamentar, há graves problemas de gestão em Roraima, que hoje é um estado que gasta mais do que arrecada e com deficiências em setores importantes como saúde, educação e segurança. Mozarildo informou que já pediu providências ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público e a outros órgãos de fiscalização e controle.

— Quero deixar minha consciência tranquila de que fiz a minha parte.



Gerardo Magela/Agência Senado

## ACONTECEU NO SENADO

# Alcance da CPI da Petrobras aguarda decisão da CCJ

Presidente da comissão espera apresentar definição amanhã

A polêmica em torno de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar irregularidades na gestão da Petrobras dominou as discussões em Plenário na última semana. Senadores opositoristas apresentaram pedido de CPI com foco em quatro denúncias recentes, com destaque para a compra de uma refinaria em Pasadena (EUA). A base governista contra-atacou e apresentou um pedido de CPI semelhante, acrescido de denúncias em torno de contratos dos metrô de São Paulo e do Distrito Federal e de irregularidades no Porto de Suape, em Pernambuco.

Após análise de questões de ordem, o presidente do Senado, Renan



Renan Calheiros (C) entrega documento da CPI a Vital do Rêgo

Calheiros, anunciou decisão de que prevaleceria a CPI mais ampla requerida pelo governo. Renan apresentou recurso de ofício da decisão à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Depois de examinada pela CCJ, a decisão voltará a ser apreciada pelo Plenário, que terá a palavra final. Vital do Rêgo (PMDB-PB), presidente da CCJ, espera

devolver amanhã a matéria analisada pela comissão.

Senadores da oposição prometeram acionar a Justiça para garantir a instalação de uma CPI exclusiva e alegam que o governo manobrou para inviabilizar as investigações sobre a Petrobras. Já os governistas alegam que o interesse da oposição é meramente eleitoral.

## APROVADO FIM DE DOAÇÕES DE EMPRESAS A CAMPANHAS ELEITORAIS

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou em decisão

terminativa, na quarta-feira, substitutivo de Roberto Requião

(PMDB-PR) a projeto de lei (PLS 60/2012) proibindo doações de empresas em dinheiro, ou por meio de publicidade, a candidatos e partidos políticos. Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, a matéria será enviada à Câmara dos Deputados.



Gerardo Magela/Agência Senado

Substitutivo de Requião foi acolhido por unanimidade na CCJ

## VIOÊNCIA CONTRA JORNALISTAS CRESCER APÓS MANIFESTAÇÕES

As manifestações de rua iniciadas em junho de 2013 ajudaram a engrossar as estatísticas sobre a violência contra profissionais de comunicação. Dos 136 casos de violação contra a atividade jornalística registrados em 2013, 105 foram causados por grupos de manifestantes e por policiais. Os números foram apresentados terça-feira, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. Entidades sindicais apontaram a impunidade como grande problema e sugeriram a federalização das investigações dos crimes cometidos contra jornalistas no exercício da profissão.

## RELATÓRIO FINAL DO FÓRUM DE INFRAESTRUTURA CONTÉM 101 SUGESTÕES PARA MELHORAR O PAÍS

O relatório final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, promovido pela Comissão de Infraestrutura (CI), inclui 101 sugestões destinadas aos Três Poderes nos diferentes

âmbitos da Federação. O documento engloba propostas para áreas como energia e transportes e foi apresentado na quarta-feira pelo presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL).



José Cruz/Agência Senado

Fernando Collor apresentou propostas reunidas em fórum

## VEJA A SELEÇÃO DE FOTOS DA SEMANA

Toda semana fotografos da Agência Senado produzem cerca de 7 mil fotos. Desse total, aproximadamente 500 são publicadas

no Banco de Imagens. Uma seleção da semana passada pode ser vista no link abaixo.

<http://bit.ly/fotos31mar>